

“Lobby” dá festas e presentes e desnuda o poder

Brasília — Luis Antônio Ribeiro

Deborah Berlinck

BRASÍLIA — No quinto andar de um prédio do Setor Comercial, um cidadão de 40 anos, aproximadamente, gordinho e calvo, ordena à secretária: “Liga para o gabinete do ministro e avisa que vou chegar um pouquinho atrasado.” Percorre o bem equipado escritório e entra numa pequena sala com quatro computadores e dois aparelhos de telex. Coloca um disquete no computador, pressiona uma tecla e exhibe na tela o segredo de seus negócios — a biografia completa de autoridades e de todos os 559 constituintes, seus problemas de saúde, a situação financeira de cada um e até a relação de mulheres, namoradas ou amantes e o poder de influência que exercem sobre eles.

Com informações tão detalhadas e poderosas e uma equipe de 100 pessoas, o homem diante do computador é um empresário que está rico às custas do bom relacionamento com o poder. Ele cobra até CZ\$ 350 mil para levar os interesses de 81 clientes, a maioria deles grandes empresários, a qualquer gabinete de qualquer um dos poderes da República e até mesmo a embaixadas no exterior. E é o melhor exemplo de como floresce nos jardins da administração pública e especialmente na Constituinte uma atividade que nos países desenvolvidos é regulamentada e rigorosamente fiscalizada, mas que no Brasil está assumindo cores de negócio clandestino enriquecido com tentativas de corrupção — o lobby, uma palavra em inglês que quer dizer *corredor*, mas que ganhou o significado de *pressão* desde o Século XVIII, por causa dos grupos que ficavam no corredor do Parlamento inglês, tentando convencer os deputados a votar de acordo com seus interesses.

“Como eu sei?” — “Pode até parecer espionagem, coisa de James Bond, mas não é”, comenta o empresário, passando na tela do computador páginas preciosas de seu material de trabalho e descrevendo com entusiasmo a ação dos lobistas, uma profissão que movimentou em Brasília dezenas de escritórios e investimentos incalculáveis. “Os políticos, as autoridades são como nós, têm suas fraquezas. E é justamente com esse dado que começamos o nosso trabalho. Uma má avaliação pode estourar tudo. Por isso, temos que saber exatamente com quem vamos negociar”, explica-se o empresário.

Ele demonstra detalhado conhecimento quando fala sobre a Constituinte e os jogos de interesse que a envolvem. Os fazendeiros, por exemplo, segundo ele, estão bem organizados na Constituinte. Não constam da relação de clientes do bem-sucedido lobista. “Como é que eu sei tanto a respeito deles?”, pergunta o empresário. E ele mesmo revela: “É simples. Estou pagando CZ\$ 100 mil a um funcionário do escritório de lobby deles somente para me passar as informações. Na Constituinte, sei exatamente quem está ligado aos fazendeiros e aos

outros grupos. Informação é nossa matéria-prima.”

Rede de informantes — Foi contratando uma verdadeira rede de informantes que o lobista montou seu precioso banco de dados — um arsenal de informações que guarda a sete chaves na pequena sala dos computadores. Nem todos os seus funcionários têm acesso aos disquetes com os dados sobre políticos e autoridades. Na porta principal de seu escritório — que ocupa quase um andar do prédio — ele instalou um sistema de segurança, ligado a um microcomputador, que acusa qualquer tentativa de arrombamento. Por esse sistema, acionado somente no final do expediente, só consegue entrar no escritório quem tiver um código especial, que, digitado no aparelho, registra imediatamente na memória do computador o nome da pessoa e a hora exata em que cruzou a porta principal.

Para formar uma equipe capaz de fornecer dados sobre “o que se passa na cabeça de um ministro ou de um influente senador”, por exemplo, o empresário contratou funcionários do próprio governo, pagando, por mês, quantias de CZ\$ 100 mil a CZ\$ 120 mil, de acordo com o cargo ou o grau de importância das informações. Essas pessoas não são funcionários do escritório. São prestadores de serviço, que trabalham em vários escalões do governo, todos eles posicionados em lugares que o lobista considera estratégicos: nos gabinetes dos ministros, junto a altos assessores do ministério da Fazenda na Constituinte e onde mais for preciso.

Atrás de Bresser — “Existe alguém mais importante do que secretária de um ministro? Não é ela quem faz a agenda dele, quem recebe todos os telefonemas? Por isso, elas são sempre uma fonte de informação”, explica o empresário, ajeitando-se na cadeira da sua ampla sala de reuniões.

O lobista fala no Plano Bresser e revela outra dimensão das atividades de sua empresa: lobby no exterior. “Como disse, temos gente contratada para nos dar informações onde precisarmos. Agora, com a visita do ministro Bresser a Washington, acionamos quatro pessoas, funcionários de embaixada, de alguns organismos internacionais, amigos nossos.”

□ **Vários projetos para disciplinar a atuação dos lobbies estão em tramitação no Congresso. O mais importante deles é de autoria do senador Marco Maciel (PFL-PE). Exige que os grupos de lobistas entreguem ao Congresso, anualmente, declaração de seus gastos, além de nomes de seus sócios, empregados ou quem estiver em suas folhas de pagamento. A omissão ou tentativa de ocultar dados ou confundir a fiscalização seria punida com advertência e até proibição de acesso ao Congresso, sem prejuízo de processo por abuso de poder econômico.**



No computador de uma empresa de lobby estão os nomes de mulheres, namoradas ou amantes dos constituintes

Até mansões entram na feira de ofertas

Bom lobista, dizem os especialistas no assunto, é aquele que consegue articular interesses em qualquer área de influência sem nunca se expor, passando quase despercebido. Essa idéia talvez explique o gigantismo dos investimentos nesse setor, especialmente por parte das grandes empresas. Elas transformaram o mercado do lobby em Brasília numa verdadeira feira de ofertas, com distribuição de vantagens e “brindes” que podem ir de uma caixinha de bombons até um videocassete ou um valioso quadro de arte.

Além de sofisticados escritórios, pelo menos 14 grandes empresas mantêm mansões no Lago Sul — área nobre da cidade —, alugadas ao preço mínimo de CZ\$ 60 mil mensais, exclusivamente para promover festas, jantares e encontros com autoridades e técnicos do governo. Os grandes negócios, entretanto, não são feitos durante os jantares ou coquetéis. “O objetivo principal das mansões, diz um antigo lobista, é promover o encontro, criar a intimidade”.

Investimento — Logo no começo dos trabalhos da Constituinte, o deputado José Geraldo (PMDB-MG) foi procurado pelo representante de uma grande empreiteira, que lhe ofereceu uma mansão no Lago Sul, decorada. O parlamentar poderia usar a casa para seus contatos políticos, desde que defendesse, em troca, os interesses da empresa na Constituinte. José Geraldo, conhecido por suas ligações com empreiteiras durante a campanha para o governo de Minas (era um dos que arrecadavam dinheiro para a campanha) — confirma a proposta. “Eu recusei a oferta e continuo morando no meu apartamento funcional”, afirma José Geraldo.

No Congresso, a ação dos grupos concentrou-se nas comissões da Constituinte. Durante a primeira etapa dos trabalhos, o relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), solicitou à Câmara três técnicos (funcionários do Congresso) para ajudá-lo na elaboração do relatório final. Os técnicos colocaram no relatório somente as propostas dos banqueiros — sugerindo exatamente o oposto do que Gasparian pensava fazer. Os funcionários estavam fazendo o lobby dos bancos, segundo os constituintes, e foram afastados dias depois. Gasparian teve que fazer outro relatório

Trabalhada — No início do ano passado, uma desastrosa ação de lobista acabou envolvendo políticos e algumas influentes autoridades do governo num caso de polícia. Uma empreiteira organizou uma grande festa, na sua mansão do Lago, e convidou dois ex-governadores (interinos, na época) e uma alta autoridade militar. O motivo da comemoração era a decisão do governo de passar a ilha de Fernando de Noronha da administração do Estado Maior das Forças Armadas para a do Ministério do Interior. Com isso, a empreiteira via a possibilidade de rendosos contratos para obras de infra-estrutura na ilha.

De madrugada, porém, um vizinho, incomodado com o barulho, chamou a polícia, queixando-se de “orgia”. O caso, que chegou a ser publicado sem destaque por um jornal local, sem o nome da empreiteira e dos convidados, foi arquivado. A confusão é lembrada por alguns lobistas como exemplo típico de “trabalhada” do lobby. Há ainda casos de “erros de avaliação”, em que os lobistas exageraram no valor dos presentes dados a funcionários de escalões mais baixos dos órgãos do governo, despertando atenção sobre esses informantes. “É o que eu digo: até para subornar tem que ter critério. Não se dá cavaria para quem nunca comeu. Não se pode criar dificuldades para uma pessoa dentro de seu meio. Isso tem que ser feito

com cuidado”, argumenta um influente empresário do lobby.

Presentes — A distribuição de presentes (contabilizados nos balanços das empresas como “custos operacionais”) segue o critério da importância das pessoas que os recebem. Dependendo dos interesses da empresa, não há limite de valor. Os ministros são os que mais recebem “brindes”. Somente um deles ganhou mais de 300 no ano passado, entre os quais, dez televisores. Uma de suas secretárias, freqüentadora de festas e coquetéis promovidos pelas empresas especialmente para secretárias, conta que os presentes são de ótima qualidade. “As festas são finíssimas. Faço questão de ligar sempre para os escritórios para lembrarem que eu existo”.

Da secretária ao ocupante do mais alto cargo, todos ganham presentes. Uma empreiteira distribuiu, há alguns meses, máquinas de calcular para todos os chefes de gabinetes dos constituintes. As secretárias, dependendo da importância do gabinete onde trabalham, recebem bolsas, carteiras, estojos de maquiagem, viagens turísticas pelo Brasil e até jóias. O mercado de artes também é muito procurado pelos lobistas. Somente um marchand em Brasília vendeu este ano quase cem quadros — o mais barato, de CZ\$ 200 mil — para empresas e lobistas presentear autoridades. Esse mercado, se-

gundo o marchand, lhe garantiu, no ano passado, 30 por cento de suas vendas.

Até os hoteleiros de Brasília fazem seu lobby. Para manter seus hotéis sempre cheios e ganhar a preferência das autoridades, eles costumam promover jantares para secretárias. No ano passado, o hotel Eron promoveu um jantar para 40 secretárias e sorteou passagens turísticas com estada paga no Clube Mediterrâneo — um luxuoso hotel na ilha de Itaparica, na Bahia. Uma empresa de fumo, interessada em se aproximar dos órgãos do governo ligados à tributação, costuma reunir políticos e autoridades na sua mansão do Lago Sul, com sauna e piscina, para assistirem a filmes e jogos de futebol em um telão. As festas dessa empresa são das mais concorridas.

Invasão — Grupos de vários setores invadiram hotéis para acompanhar os trabalhos da Constituinte. Os delegados de polícia, por exemplo, criaram uma espécie de “quartel-general” da categoria num quarto do hotel Bristol, onde há quatro meses estão hospedados três delegados. Na Constituinte, eles estão travando uma verdadeira batalha com o lobby dos policiais militares, que quer extinguir a polícia civil no Brasil. Há um ano e meio a Federação das Associações Comerciais alugou uma mansão no Lago Sul, chamada de “Casa do Empresário” e que hoje funciona como o escritório do lobby das associações na Constituinte.

A UDR (União Democrática Ruralista, organização dos fazendeiros) instalou um escritório em março. O lobby na Constituinte é feito pelas 151 regionais, encarregadas pelo presidente da entidade, Ronaldo Caiado, de pressionar todos os “parlamentares amigos” (que tiveram suas campanhas eleitorais financiadas pelos fazendeiros), quando não estiverem defendendo os interesses da classe na Constituinte.

A profissão atrai muitos funcionários do governo, como o ex-secretário de Comunicação do governo Figueiredo, Said Farah. Ele comanda uma das mais bem-sucedidas empresas de lobby da capital. A maioria dos grandes escritórios, entretanto, foi instalada há pelo menos quatro anos e as primeiras mansões de lobby foram alugadas em 1969 pela empreiteira, que promoveram durante o regime militar grandes festas, trazendo os convidados até mesmo em jatinhos. Somente em manutenção, esses escritórios gastam CZ\$ 500 mil por mês, no mínimo.

Um passeio grátis aos EUA

Com metade do mercado mundial de computadores e um faturamento anual de US\$ 50 bilhões — 50% da dívida brasileira —, a IBM pagou há vinte dias uma visita a suas fábricas nos Estados Unidos a 15 parlamentares do PMDB, PFL, PTB e PDS. Hospedados num hotel cinco estrelas da cadeia Sheraton, os deputados passaram três dias na Califórnia com todas as despesas pagas. A delegação foi organizada pelo 2º vice-presidente da Câmara, Homero Santos (PFL), para uma viagem ao Japão.

Esse é mais um episódio ligado ao lobby da informática na Constituinte, onde a poderosa IBM enfrenta um adversário que não pode ser subestimado: a União Brasil-Informática, que congrega as empresas públicas e privadas nacionais de computadores. As empresas nacionais fundaram uma comissão dentro do Congresso para acompanhar os trabalhos da Constituinte.

Desde 1984 que as multinacionais do setor, as empresas nacionais e os grupos nacionalistas estão empenhados numa guerra. Naquele ano o Congresso aprovou a Lei da Informática, que estabeleceu a reserva de mercado para as empresas brasileiras na área dos microcomputadores. Na época, durante um ano, a IBM

levou aos Estados Unidos, para visitar suas fábricas, nada menos que cem pessoas, entre as quais uma defensora intransigente da reserva de mercado e hoje líder do movimento nacionalista na Câmara, a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE).

Apesar de todo esse esforço, a IBM só conseguiu um voto a favor dos seus interesses, isto é, contra a lei de informática — a do senador Roberto Campos (PDS-MT). Este ano, a multinacional resolveu investir na Constituinte.

Parecer secreto — No dia 5 de maio, o *Diário Oficial* publicou um decreto do presidente Sarney aprovando um “parecer secreto” do consultor-geral da República, Saulo Ramos. O parecer, segundo técnicos ligados à informática, tratava de uma série de exigências feitas ao Brasil pelo governo americano para a venda de um sofisticadíssimo computador para a Petrobrás. O computador, segundo o técnico, foi comprado há um mês, com a participação do lobby da IBM, que pressionou o Planalto para a aprovação da lei de software.

A lei, redigida por Saulo Ramos, estabelece o direito autoral como regime de proteção para os programas de computador.

Convite para a secretária

O convite chegou há duas semanas à mesa da secretária do senador Severo Gomes (PMDB-SP), um dos mais ferrenhos defensores da reserva de mercado na área de informática: “Temos a grata satisfação de convidá-la para uma visita à nossa fábrica, em São Paulo, no próximo dia 26. É um prazer contar com a sua participação. A IBM arcará com as despesas de locomoção, serviço de lavanderia, alimentação, acomodação e ligações telefônicas (interurbano de dez minutos).”

Conquistar a simpatia de uma

secretária, especialmente a que trabalha com um parlamentar de “efeito multiplicador” (com influência sobre outros constituintes) significa meio caminho andado, dizem os especialistas. Afinal, é ela quem marca audiências, dispensa as pessoas indesejadas e, mais importante, detém todas as informações sobre gostos, manias, preferências, interesses e preocupações do chefe.

Assinado pela diretoria de programas externos, o convite da IBM, também remetido a secretárias de outros parlamentares, oferecia hospedagem de dois dias no Hotel Royal Plaza. O objetivo, diz a empresa, é “propiciar aos convidados uma visão dos diversos aspectos da atuação da IBM no Brasil”.